

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- Tese (doutorado)  Artigo científico  
 Dissertação (mestrado)  Capítulo de livro  
 Monografia (especialização)  Livro  
 TCC (graduação)  Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo: \_\_\_\_\_

Nome completo do autor:

HARLI RODRIGUES PEREIRA

Matrícula:

2018211221350480

Título do trabalho:

LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

\_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 01/12/2022

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

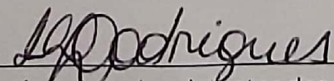
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Hidrolândia

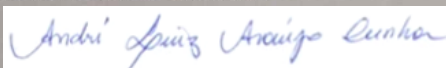
Local

07/11/2022

Data

  
Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)

27



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 19 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: André Luiz Araújo Cunha (orientador), Lucas Bernardes Borges (membro) e Priscila Branquinho Xavier (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**O letramento e a alfabetização na Educação Infantil**” da estudante **Harli Rodrigues Pereira**, Matrícula nº 2018211221350480, do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

*André Luiz Araújo Cunha*

\_\_\_\_\_  
Orientador/Presidente da Banca

*Priscila Branquinho Xavier*

\_\_\_\_\_  
Priscila Branquinho Xavier (Membro)

*Lucas Bernardes Borges*

\_\_\_\_\_  
Lucas Bernardes Borges (Membro)

*Harli Rodrigues Pereira*

\_\_\_\_\_  
Acadêmico

SLICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
NA MODALIDADE A DISTÂNCIA CAMPUS HIDROLÂNDIA - GO

**O LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

o objetivo geral deste estudo foi compreender quais as orientações oficiais para processo de ensino-aprendizagem, diante da prática do letramento e alfabetização na Educação Infantil.

**BREVE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

**ALGUNS FUNDAMENTOS E CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

**OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Por que o letramento e a alfabetização andam juntos na construção de uma aprendizagem significativa?

Fazer referência à BNCC nas considerações finais?

Harli Rodrigues Pereira<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Araújo Cunha<sup>2</sup>

Acadêmica do 8º período do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano – Hidrolândia - Goiás. E-mail: lilarodrigues61harli@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano – Campus

Hidrolândia- Goiás . Doutorado em educação. E-mail: andre.araujo@ifgoiano.edu.br.

**RESUMO:** O presente estudo realiza uma investigação sobre o letramento e a alfabetização para a aprendizagem de crianças que cursam a Educação Infantil, considerando também a perspectiva lúdica, em que as crianças aprendem brincando, com o uso de situações concretas, dentre outras estratégias de ensino. Com isso, o objetivo principal do estudo foi compreender como se dá o processo no ensino aprendizagem diante da prática do letramento e alfabetização na Educação Infantil. Dessa maneira, para que o objeto de pesquisa fosse delimitado dentro do esperado, almejou-se ainda distinguir letramento e alfabetização, expondo as contribuições que o processo de ensino aprendizagem possui para a Educação Infantil. Portanto a busca foi realizada em bibliotecas virtuais, sendo selecionados artigos científicos, livros em PDF, legislações etc, que se configurou em uma pesquisa de cunho bibliográfico e como tal procurou evidenciar a relevância do tema para a prática docente na Educação Infantil. Logo, conclui-se que o letramento e alfabetização andam juntos na construção de uma aprendizagem significativa e quando se trata de Educação Infantil, essa realidade ganha diferentes significados e contextos no dia-a-dia da sala de

aula, considerando que as crianças nessa modalidade de ensino costumam aprender com base nos campos de experiências, a interação com o meio e demais possibilidades.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Educação Infantil; Letramento.

## **1 INTRODUÇÃO:**

O processo de alfabetização na Educação Infantil prepara a criança para o aprendizado da leitura e escrita em um contexto diferente daquele que deve ocorrer quando a criança é de fato alfabetizada quando passa a cursar o 1º ano do Ensino Fundamental I. Portanto, trazer o letramento para a Educação Infantil é aproveitar que as crianças estão cheias de curiosidade e vontade de aprender. Nesse contexto, e considerando a faixa etária de crianças entre 4 e 5 anos, o brincar é fundamental para o desenvolvimento e crescimento da criança. Os sujeitos aprendam a ler e a escrever são mediados processos de transição para este aprendizado, como é o caso do letramento que é uma perspectiva de aprendizagem considerada inovadora quando se trata da alfabetização dos alunos, especialmente quando se pauta o letramento ainda na Educação Infantil.

Santos (2010) afirma que falar em linguagens é também falar em diálogos, em sentidos e significados, em comunicação com o mundo e para o mundo e sendo assim, a alfabetização como um processo das leituras, das escritas e das interpretações das mais diversas linguagens verbais e não verbais ocorre antes, durante e após a vida escolar do aluno.

O letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2009).

Para Vygotsky (2001) as crianças já possuem experiências com o uso da língua antes de passarem a frequentar a pré-escola, já tem contato com a leitura e escrita em todos os locais e muito antes de serem alfabetizadas tais experiências é de grande relevância para a formação integral do sujeito.

Frente a essas prerrogativas, o presente trabalho se concentrou na problemática a qual se aplica ao questionamento de: como se constitui o processo de letramento na Educação Infantil? Respostas da problemática viabilizam o objetivo geral de compreender o que é o letramento e como pode ocorrer na prática da Educação Infantil.

Tendo por base o exposto sobre alfabetização e letramento e das suas contribuições para a aprendizagem dos sujeitos, o objetivo geral deste estudo foi compreender quais as orientações oficiais para processo de ensino-aprendizagem, diante da prática do letramento e alfabetização na Educação Infantil.

Para melhor aprofundamento da temática, este estudo foi construído a partir de uma revisão bibliográfica e documental. No caso da pesquisa bibliográfica, é importante mencionar que este tipo se baseia no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado (SOUSA; OLIVEIRA: ALVES, 2021).

A busca bibliográfica se deu [www.ceaba.com.br/educação/infantil](http://www.ceaba.com.br/educação/infantil), <https://fce.edu.br>, sites, artigos e livros disponibilizados no Google Acadêmico e SciELO por meio de utilização de palavras-chave como, letramento, Educação Infantil e prática, no período de agosto de 2020 a março de 2021, no entanto, utilizou-se o refinamento usando o critério de leitura dos resumos das obras.

Visando melhor compreensão do leitor a divisão do trabalho se deu por capítulos. O primeiro discorre sobre a história da Educação Infantil e conceitos sobre criança e infância. Completando os aspectos sobre o tema abordou-se concepções importantes sobre alfabetização e letramento, bem com sobre os processos de alfabetização e letramento na Educação Infantil.

## **CONCEITO HISTORICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, sendo um dever do Estado e da família, promovido com a colaboração de toda a sociedade, de forma a promover o desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 1988). A partir das diretrizes apresentadas pela Constituição, estruturou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB/ nº 9.394/96, um dos documentos que norteia a educação brasileira. Em relação a Educação Infantil, a referida lei, trouxe em seu Art. 29 que: “A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, s/p).

Dois anos depois é aprovado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que tem como finalidade contribuir com as políticas e programas destinados à

Educação Infantil como apoio aos sistemas de ensino estaduais e municipais. O documento apresenta um conjunto de orientações pedagógicas, visando contribuir com a implementação de práticas educativas que promovam e ampliem as condições necessárias para o desenvolvimento da criança para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998). Nesse sentido, considerando especificidades das crianças de zero a seis anos, como afetiva, emocionais, cognitivas e sociais, são apresentados alguns princípios que devem nortear a formação para o exercício da cidadania, levando em consideração o intelectual de cada, uma criança com a mesma idade e série, sendo da Educação Inclusiva, irá absorver o ensino e aprendizagem de forma social e cognitiva dentro do que o norteia na sua formação individual.

o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.

o acesso das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

o acesso das crianças aos bens socioculturais, disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da sua identidade. (BRASIL, 1998, p.13).

No RCNEI o brincar, a identidade e o meio como determinante das interações humanas ganhou expressivo espaço em relação ao processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, o lúdico através das brincadeiras, mostra ali a interação no convívio social, o aprendizado e também o olhar clínico para o estudante, com a dificuldade de interação social, ali consegui ter uma visão se a criança deve ser especial ou não, relatando e observando para um relatório futuro e individual, se caso necessário para um acompanhamento para profissionais da área avaliar melhor, nesse momento do brincar da identidade da interação. No âmbito da formação pessoal e social, o documento, explicita ainda que o trabalho com as experiências pode favorecer a construção do sujeito, que integra o eixo de trabalho, artigo 9º no qual propõe uma organização curricular que garanta a aprendizagem por meio de experiências, identidade e autonomia do mesmo (BRASIL, 1998).

Com a Resolução nº 5/2009, a Educação Infantil abandonava os antigos formatos de assistencialismo e o currículo passa a ser ensinado a partir de três eixos: o cuidar, o brincar e o educar. Após este documento passaram-se alguns anos para que novas mudanças fossem introduzidas na Educação Infantil.

Com novas perspectivas de uma aprendizagem significativa, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentando como proposta para a Educação Infantil a garantia do desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade por meio de seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se (BRASIL, 2018).

O alinhamento das políticas curriculares, com o avanço das políticas neoliberais comandada pela BNCC (LIBÂNEO, 2018), repercute nas orientações em diversos estados e municípios. No contexto do Estado de Goiás, por exemplo, o Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DCGO) implementado no ano de 2019, um ano após a aprovação e publicação da BNCC, que apresenta diretrizes e discussões sobre os direitos de aprendizagem na Educação Infantil, voltadas ao desenvolvimento comuns à todas as crianças, independente da etnia, gênero, classe social, cultura, manifestação religiosa e local onde mora.

A BNCC define que as aprendizagens essenciais compreendem conhecimentos, habilidades, comportamentos e vivências que tem como finalidade a promoção de aprendizagem e desenvolvimento nos diferentes campos de experiências, divididas em três grupos etários: Creche: com bebês de 0 a 1 anos e seis meses; Creche: com crianças de um ano e sete meses a três anos e 11 meses; Pré-escola: crianças de 4 a 5 anos e 11 meses (BRASIL, 2018).

## **ENTENDER O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

O entendimento de criança e infância passou por grandes transformações na sociedade e na família ao longo da história. Com isso, as reconstruções da história da infância se dão à grandes teóricos e pensadores, como Jean Piaget, Lev S.Vygotsky, entre outros, a partir de estudos e pesquisas, apresentando diferentes visões sobre entendimento de infância, bem como se dá o desenvolvimento cognitivo da criança.

Conceber a criança como ser social significa considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações conceituadas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, isto é, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1986; SOUZA, 2012).

O olhar sobre a infância e a criança, e ainda sua valorização nas sociedades, não ocorrem e nem ocorreram sempre da mesma forma, e sim de modo como a organização de cada sociedade e suas estruturas culturais, sociais e econômicas estavam no momento (MAIA, 2012). Atualmente a criança é vista como um ser histórico social e produtora de cultura.

A partir dos estudos de L. S. Vigotski compreende-se que ao mesmo tempo em que o indivíduo é único e singular, sua formação e constituição se realiza, exclusivamente, na relação com outros indivíduos e, nesse processo atua, também, como produtor de novas realidades. Para Vigotski (2021, p. 148) “o desenvolvimento da criança é um processo ininterrupto de mudança”. Esse nível de desenvolvimento, segundo o autor, não deve ser definido apenas pelo nível presente, ou seja, pelo que a criança sabe fazer no momento atual, o que significaria considerar que esse desenvolvimento começa apenas quando se torna visível. Para ele, da mesma forma que o nascimento da criança não tem início quando ela nasce, mas na concepção, seu desenvolvimento também é preparado. Assim, na perspectiva da teoria histórico-cultural, são definidos dois níveis de desenvolvimento infantil. O primeiro nível é a zona de desenvolvimento atual, ou também denominada de zona de desenvolvimento real, isto é, o que hoje está amadurecido, e o segundo nível é a denominada zona de desenvolvimento iminente, ou seja, “os processos que, no curso do desenvolvimento das mesmas funções, ainda não estão amadurecidos, mas já encontram a caminho, já começam a brotar” (VIGOTSKI, 2021, p. 149). Posteriormente ao “florescer” da zona de desenvolvimento iminente, passará, novamente, para o nível de desenvolvimento atual.

Analisando a questão da diferença entre o desenvolvimento em crianças portadoras de retardo mental, afirma Vigotski que:

Pesquisas mostram que o nível de desenvolvimento da criança define-se, pelo menos, por essas duas grandezas, e que o indicador da zona de desenvolvimento iminente é a diferença entre esta e o nível de desenvolvimento atual. Essa diferença apresenta um grau muito significativo no processo de desenvolvimento de crianças com retardo mental em relação ao de crianças normais. A zona de desenvolvimento iminente em cada uma delas é diferente. Crianças de diferentes idades possuem diferentes zonas de desenvolvimento. Assim, por exemplo, uma pesquisa mostrou que, numa criança de 5 anos, a zona de desenvolvimento iminente equivale a dois anos, ou seja, as funções, que, na criança de 5 anos, encontra-se em fase embrionária, amadurecem aos 7 anos. Uma criança de sete anos possuiu uma zona de desenvolvimento iminente inferior. (Ib., p. 149-145).

A partir das pesquisas sobre os diferentes níveis de desenvolvimento da criança, Vigotski (2018) concluiu que a educação e o ensino devem ajustar-se não ao nível do desenvolvimento atual da criança, mas à zona de desenvolvimento iminente. Ou seja, o ensino só é significativo quando



se antecipa ao desenvolvimento da criança. Quando isso ocorre, segundo o autor, é capaz de despertar e impulsionar toda uma série de funções que estão em estágio de amadurecimento.

De acordo com Sarmento (2011), a infância tem como algumas de suas características, a peculiar situação de vulnerabilidade e dependência social, econômica e jurídica dos seus membros, a ausência de direitos cívicos e políticos formais, além de se considerar o conjunto de concepções socialmente produzidas que têm o poder de referenciar distintivamente o que é ser ‘criança, dentre outros aspectos.

A infância se configura baseada em uma categoria social é construída historicamente em uma perspectiva Inter geracional, isso devido ao fato de que no processo de educar uma criança, sempre estarão presentes conhecimentos, valores, crenças de duas gerações, a de quem viveu esse tempo alguns anos atrás e a de quem está vivendo no presente (DC-GO, 2020).

## **FUNDAMENTOS E CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

Os fundamentos e conceitos dos termos alfabetização e letramento foram sendo construídos à medida que a sociedade tendo a necessidade de utilizá-los em seu cotidiano. No caso da alfabetização, por exemplo, conforme Rangel (2008, p. 9) em seu sentido próprio, específico, “envolve o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. Neste caso, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler)”.

Já o processo de letramento está relacionado com a prática da leitura e da escrita no contexto social. Interessante salientar que o termo letramento não possui apenas um conceito, mas refere-se à contextualização da leitura e escrita, não sendo aplicado apenas no ambiente escolar, esse processo se dá no âmbito familiar social, no seu cotidiano no dia-a-dia nas vivências, nessa vertente, Soares (2009, p. 39) afirma que se trata do “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”.

O letramento surge, no Brasil na década de, 1980 por meio de fortes discussões a respeito do grande índice de repetências e analfabetismo no país. Já existia a alfabetização, que consiste no processo de ensinar a ler e escrever, mas não estava sendo o suficiente para que alcançassem

tais demandas. Diante disso, houve a necessidade de incorporar outro termo ao vocabulário que pudesse representar tal contexto, as pessoas sabiam ler e escrever, porém, não eram nada contextualizados com a realidade social de cada indivíduo, ou seja, algo para além da alfabetização. Para Kramer (1995), a definição de letramento se resume a um conjunto de práticas sociais, em contexto específico, que utilizam a escrita, enquanto sistema simbólico. Para Lucas (2008, p. 115), a formulação da palavra letramento teve como finalidade designar algo que ultrapassasse o processo de alfabetização. Para a autora, “mais do que ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações do cotidiano tornou-se uma necessidade inquestionável, tanto para o exercício pleno da cidadania, quanto para o desenvolvimento de uma nação”.

Para Soares (2001), o letramento é a base do processo de se apropriar da linguagem escrita, a comunicação e interação se dá através da leitura e escrita. O letramento só pode desenvolver-se na dependência da aprendizagem do sistema de escrita e por meio dela. Portanto, é a integração entre alfabetização e letramento que levará a criança a uma visão ampliada da escrita e da leitura (SOUSA, 2016).

Alfabetização e letramento na Educação Infantil é fundamentada quando se entende que na alfabetização a criança aprende a escrita do alfabeto alguns com habilidade de ler e escrever, e para dar sequência, vem letramento, esse processo se inicia com o ouvir, aprende a ler através de escuta literárias depois vem em sequência o início de uma repetição de letras, números e em comparações de sons a continuação do ler e escrever juntamente com a vivência do social do dia-a-dia suas particularidades individuais.

## **OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Os processos de alfabetização e letramento na Educação Infantil acontecem de modo involuntário ainda, mesmo porque essa fase do ensino ainda não existe uma preocupação do professor em alfabetizar de fato as crianças. Geralmente a trabalhar contando uma história o professor precisa também interpretar o conto, para que o ouvinte consiga entender o que foi falado, ao ilustrar uma tirinha precisa se detalhado os detalhes para que a criança desde já compreender, comparar e falar o que escutou, diferentes situações do mundo letrado como o uso de cartazes, jogos pedagógicos, contação de histórias, dentre outros exemplos, o professor

introduz diferentes formas de alfabetizar e letrar, favorecendo o processo de internalização da criança. Com isso, muitas dessas crianças chegam ao primeiro ano do Ensino Fundamental sabendo ler e escrever, ou ainda já consegue reconhecer sílabas, palavras, o que em tese configura uma proximidade com os processos de alfabetização e letramento ainda na Educação infantil. De acordo com Lucas (2008, p. 166), “a ideia de que o processo de alfabetização se inicia antes da entrada da criança na escola é ampliada com a de que tal processo continua durante a escolarização. Dessa forma, a educação infantil constituir-se-ia em um momento do processo de alfabetização das crianças”.

Portanto, a alfabetização e letramento começam bem antes que as crianças saibam ler e escrever formalmente, uma vez que se trata de um processo que se faz presente antes mesmo da criança vir ao mundo e se integrar na sociedade. Ele pode estar presente no cotidiano de todos os seres humanos e conforme se desenvolvem, percebem que saber ler e escrever é uma necessidade para que possam interpretar o mundo a sua volta.

Na verdade, é na Educação infantil em que todo o processo de ensino aprendizagem se inicia, primeiramente ao lado dos pais, e depois na escola usando alfabetização e letramento, onde a criança aprende a escrever como copista já sabe copiar nome idade, ler como identificar seu nome interpretar folheando uma ilustração consegue contar sua historia imaginaria através da ilustração e analisar, tudo ao seu redor e contextualizar assim inicia uma visão mais profunda do cotidiano que o mundo oferece.

Segundo Britto (2015, p.19) “na Educação Infantil através da leitura, do ouvir se da o ponta pé da escrita. Ao ler com os ouvidos a criança não apenas se experimenta na interação na interlocução, no discurso escrito prosódicas próprias, como também aprende a síntese escrita e aprende palavras escritas como nomes próprios, números correspondentes a idade, Somente assim podemos considerar que a alfabetização (e o letramento) é uma condição fundamental na Educação Infantil.

O professor pode trazer um seguimento para ajudar nesse processo, traga a atenção para os sons, seguimentos do som de cada letra, sílaba palavra, procure história para aguçar os sons, e colocar os alunos para passar a mão para ter o tato de cada sonorização, assim aprendendo seu nome, comparar as letras do nome com a do colega, assim também a comparação de números com a quantidade de dedos. Para as crianças a leitura é compreendida de acordo com que é entendido no conto, em voz alta para que o mesmo consiga interpretar.

Para objetivos específicos e para que aconteça o letramento se faz necessário a relevância do contexto social da criança, o letramento é uma interação e junção com a alfabetização justificando e compreendendo o mundo da informação, o acesso aos conhecimentos históricos e socialmente produzidos e à possibilidade de criar outras situações de aprendizagens (SANTI, 2014).

Nesse sentido, o letramento pode ser compreendido por prática pedagógica e ações que o professor venha a promover em relação ao objetivo de preparar a criança da Educação Infantil conhecimentos que os direcionarão para atividades sociais de suas vivências. Na mesma perspectiva, a BNCC, como destacado, orienta da seguinte maneira: as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

No campo das políticas que definiam as diretrizes para o processo de alfabetização de crianças e adolescentes, Lucas (2008) destaca que a década de 1990 constituiu a substituição de um modelo de Estado que estruturava, organizava e provia com recursos públicos as políticas sociais, pela substituição de um modelo que enfatizava a eficiência, a redução do papel do Estado, a partir do aumento da participação da iniciativa privada, ou seja, do mercado financeiro. A definição das políticas, a partir desse período, teve grande influência de organismos internacionais, em particular do Banco Mundial (BM). De acordo com a autora, “as assessorias prestadas e os empréstimos voltados para a educação infantil como forma de antecipar a escolarização e prevenir o fracasso escolar significou a retomada de programas ‘não formais’, com pouco investimento público, voltado para crianças pobres”. Nesse sentido, destaca-se que a BNCC, constitui um dos desdobramentos dessas políticas iniciadas na década de 1990, com o avanço da influência das políticas neoliberais no contexto da educação, em que se insere, obviamente, a educação infantil.

No campo das possibilidades para o processo de alfabetização e o letramento, buscando superar a visão utilitarista apresentada pela BNCC, por exemplo, a autora defende uma perspectiva construtivista, baseada na teoria histórico-cultural. Nessa perspectiva, “a alfabetização é concebida como um processo por meio do qual a criança constrói ativamente a linguagem escrita através de interações com o ambiente” (LUCAS, 2008, p. 293), sendo uma

aprendizagem de uma atividade cultural complexa, a alfabetização ocorre por meio da interação entre adulto letrado e a criança. A autora defende ainda que o processo de alfabetização e letramento é distinto.

No ensino fundamental, consideramos responsabilidade da educação infantil enriquecer o processo de letramento das crianças e estimular seu processo de alfabetização. Acreditamos que, ao nos posicionarmos dessa forma, não estamos propondo a antecipação da escolarização nem desrespeitando o tempo de infância; apenas defendemos a interdependência dos dois processos. Trata-se de admitir a possibilidade de alfabetizar letrando e letrar alfabetizando também para as crianças pequenas, de acordo com as possibilidades e os limites desse nível de escolaridade. (LUCAS, 2008, p. 299).

Para o processo letramento, Soares (2010) defende a necessária organização do tempo escolar de forma que a criança aproprie, formalmente, do sistema alfabético e ortográfico e das práticas letradas mais adequadas e pertinentes à infância. Para a autora, para alfabetizar e letrar é possível recorrer a diferentes metodologias de ensino, no entanto, devem ser dotadas de intencionalidade e sistematização. Infere ainda que, no processo de aquisição da linguagem escrita, espera-se uma sistematização do trabalho, a partir do desenvolvimento configurado metodicamente e planejadamente, desenvolvido, especialmente, por meio da escola. Nesse sentido, as perspectivas se completam, sendo percebidas nas práticas pedagógicas e no relacionamento entre professores e a crianças da Educação Infantil que tais práticas precisam ser refletidas profissionalmente para que de fato ocorrer o processo sistematizado de ensino e aprendizagem.

Conforme a BNCC, a aprendizagem a partir das vivências a fim de alcançar a diversificação da aprendizagem, inferindo uma intencionalidade de desenvolvimento para o convívio social. Nessa perspectiva destaca-se que as práticas de letramento na primeira etapa da educação básica oportuniza um despertar não só para a aprendizagem de elementos básica para se conviver em uma sociedade alcançando os objetivos de convivência, mas infere uma base para os processos subsequentes (BRASIL, 2018).

Diferentemente da perspectiva apresentada pela BNCC, na perspectiva da teoria histórico-cultural, compreende-se que, no contexto da Educação Infantil onde a criança aprende com o lúdico, através de processo de linguagem, imagem sons, vai existindo possibilidades de explorar a aprendizagem da criança, de forma em que lhes seja oferecida meios que venham contribuir para a maturação ao ponto de chegar a significados reais por meio do letramento com a mediação

do professor. Assim, as atividades escolares devem focar a construção da linguagem, gesto, de sons, da imagem, da fala, da escrita, por meio de jogos e práticas que consistam a criança.

O que é corroborado por autores como Almeida e Farego (2014) ao mencionarem que a alfabetização e letramento podem ocorrer a partir das situações de letramento presentes em seu cotidiano, uma vez que os textos apresentam situações comunicativas diferenciadas, é possível o aluno compreender que a estrutura e a organização dos textos estão relacionadas a diferentes funções que exercem nas práticas cotidianas da realidade, ou seja, uma carta, uma receita culinária, uma bula, um anúncio de jornal, um bilhete, um folheto informativo, dentre outros suportes textuais.

Nessa conjuntura Almeida e Farego (2014) chamam a atenção ainda para o fato de que as práticas de letramento devem ocorrer de forma reflexiva a partir da apresentação de situações que revelem, espontaneamente, as suas hipóteses e sejam levados a pensar sobre a escrita, participar, ler e escrever com função social, utilizar textos significativos, interagir com a escrita, utilizar textos reais dentre outros.

Para Justo e Rúbio (2013), nesse processo de aprendizagem, seja na Educação Infantil ou em outros momentos que essas possibilidades sejam ofertadas às crianças, o professor como agente do letramento, deve por meio de sua liderança, articular novas ações, mobilizando-o a fazer aquilo que não é imediatamente aplicável ou funcional, mas que é socialmente relevante aquilo que vale a pena realmente ser aprendido, geralmente quando é dada ao aluno a oportunidade de mobilizar seus saberes e de ser ouvido, ele acaba superando não só as suas próprias expectativas, mas as do professor também.

De um modo em geral, os resultados obtidos com este estudo revelaram que a alfabetização e o letramento pode se iniciar na educação infantil, e nos demais ciclos ensino fundamental e até mesmo em uma graduação o letramento e de suma importância para interpretação de textos, apresentação verbal, pois uma criança letrada está pronta para socialização verbal, embora tenham suas especificidades, caminham juntos no processo de leitura e escrita, e nesse sentido, ser letrado é fazer o uso da leitura e escrita, é ler e escrever, mas acima de tudo saber interpretar esta ação. Então o letramento interligado com a alfabetização traz uma proposta pedagógica de alfabetizar letrando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, envolvendo práticas de leitura e escrita.

Além disso, observou-se que a prática docente em detrimento da alfabetização e do letramento na Educação Infantil aos poucos tem ganhado diferentes contextos e significados no dia-a-dia da sala de aula, e muitos professores buscam em suas vivências agregar novas possibilidades de ensinar crianças tão pequenas o sentido de alfabetizar e letrar.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

De acordo com a BNCC, aprendizagem desenvolvimento conviver brincar participar explorar expressar, e conhecer-se, compreender conhecimentos e habilidades no comportamento e suas vivências, explorando elementos como oralidade.

Com a realização deste estudo foi possível perceber que o letramento, como prática social, deve ser desenvolvida na Educação Infantil com flexibilidade e de forma contínua por meio da aplicação de atividades interessantes e instigantes para estimular a aprendizagem da leitura e escrita das crianças.

Com isso, os conceitos trazidos por autores como Soares (2009), Kramer (1986), entre outros, contribuem para a compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento, bem como com processo de escrita. Além disso, as pontuações acerca do papel do professor, em relação à criação de situações lúdicas de aprendizagem que possam favorecer o desenvolvimento da leitura e escrita.

O estudo aponta ainda que os conceitos de letramento e alfabetização são processos indissociáveis e interdependentes, que tem início antes do ingresso no ensino fundamental, tendo à educação infantil a responsabilidade de enriquecer o processo de letramento da criança, estimulando seu processo de alfabetização.

Diante do exposto, conclui-se que o letramento e alfabetização andam juntos na construção de uma aprendizagem significativa e quando se trata de Educação Infantil essa realidade ganha diferentes significados e contextos no dia-a-dia da sala de aula, considerando que as crianças nessa modalidade de ensino costumam aprender com base nos campos de experiências, a interação com o meio e demais possibilidades.

Convém frisar, também, que ao falar em alfabetizar crianças de 4 e 5 anos, entende-se que esse processo pode acontecer de diversas maneiras, inclusive, com a imersão de propriedade que a criança já tem contato, seja no ambiente familiar, de lazer ou até mesmo com o que as novas tecnologias têm oferecido nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de; FARAGO, Alessandra Corrêa. **A importância do letramento nas séries iniciais.** In: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro/SP, 1 (1): 204-218, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**, Brasília, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da educação – Conselho Nacional de Educação - **Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** – p. 1.465 (2018). Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: jul. de 2022.

BRASIL. **Documento Curricular para GOIÁS – Ampliado.** (2020). Disponível em: <https://avaundimego.com/wp-content/uploads/2020/05/DC-GO-Ampliado-Vol-I-1-1.pdf>. Acesso em jul. de 2022.

BRITTO. Luiz Percival Leme. **Letramento e alfabetização: implicações para a educação infantil.** O mundo da Escrita no universo da pequena infância/Ana Lúcia Goulart de Faria, Suely Amaral Mello (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 4 – nº 1 – 2013.

KRAMER, Sonia(org). **Alfabetização: Dilemas da Prática.** RJ: Dois Pontos, Ed Ltda, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva.** In: LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico]. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

LUCAS, M. A. O. F. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores.** Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil.** Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** 8ª ed. 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Cultura e Sociologia da Infância. Especial Revista Educação. Editora Segmento. ISSN 1415-5486 p.14-27, 2013.

SANTI, Paula Aparecida. **alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental.** Monografia apresentada junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí, na área de concentração da Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. – p. 1-36, 2014.

SANTOS, Giselle Mendes dos. **O processo de alfabetização na educação infantil:** percursos de uma professora-pesquisadora / Giselle Mendes dos Santos. P. 1-74, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. Ed.- Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização,** 2009, In: Rerusta Construir Notícias, n° 37, ano: 07 – Nov/dez/2009.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** Trad. M. Resende, Lisboa, Antídoto, 1979. A formação social da mente. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY Lev Semionovitch. **Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S Vigosthi.** Tradução e organização Zoia prestes; Elizabeth Tunes. - 1ª ed. - Expressão Popular, p. 26-44, São Paulo, 2021.